

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Janeiro de 2012	1
As Instituições Particulares de Solidariedade Social: Regime Jurídico e Regime Fiscal (Parte I)	2
Revisores e Auditores	9

LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – JANEIRO DE 2012

Assembleia da República - Lei n.º 4/2012, de 11 de Janeiro - Procede à terceira alteração à Lei nº 63-A/2008, de 24 de Novembro, que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.

Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro - Modifica as regras de recrutamento e selecção dos gestores públicos, bem como as matérias relativas aos contratos de gestão e à sua remuneração e benefícios, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei 71/2007, de 27 de Março.

Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/2012, de 20 de Janeiro - Estabelece o regime de indisponibilidade das acções objecto da venda directa de referência, no âmbito da 2.ª fase do processo de reprivatização da REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 16/2012, de 19 de Janeiro - Aprova a declaração modelo 30 para cumprimento da obrigação declarativa a que se refere a alínea a) do n.º 7 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC, e respectivas instruções de preenchimento, e revoga a Portaria n.º 438/2004, de 30 de Abril.

Ministério das Finanças - Portaria n.º 17-A/2012, de 19 de Janeiro - Aprova o modelo de declaração de regularização tributária de elementos patrimoniais colocados no exterior e as respectivas instruções de preenchimento.

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

AS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL: REGIME JURÍDICO E REGIME FISCAL (PARTE I)

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), são instituições que desenvolvem a sua actividade predominantemente para estratos da sociedade menos favorecidos e dedicam-se ao desenvolvimento de actividades derivadas das mudanças económicas e sociais que atravessam a sociedade.

Pelo exposto, na maioria dos casos, não beneficiam directamente com a sua actividade, necessitando de recorrer a donativos da comunidade.

Uma vez que fazem parte integrante da chamada Economia Social, directamente vocacionada para a intervenção na área da acção social, beneficiam em quase todos os países da utilização do instrumento fiscal ao serviço da política de acção social.

Enquadramento

As IPSS regem-se por estatutos livremente elaborados, tendo em conta as disposições do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (EIPSS) - Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro e demais legislação aplicável.

De acordo com o artigo 1.º do referido decreto, as IPSS são entidades jurídicas constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa privada, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e prestação de serviços:

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade de auto sustento;
- Promoção e protecção, nomeadamente através de prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução dos problemas habitacionais das populações.

As IPSS assumem um papel fundamental no desenvolvimento de áreas relacionadas com crianças, jovens, apoio à família, integração social, promoção e protecção da saúde, educação, na velhice e na invalidez. «A sua existência depende da captação de meios financeiros que advêm, não só da afectação de recursos pelo Estado, cada vez mais condicionada pelas limitações orçamentais, como também do investimento social privado incentivado pelo próprio Estado através da implementação de políticas de benefícios fiscais» (Maria da Graça Martins Regime fiscal das IPSS - Setembro de 2010).

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

Podem ainda desenvolver outros fins ou actividades que contribuam para a sua sustentabilidade financeira, desde que sejam cumulativamente não lucrativos e compatíveis com os fins anteriormente enunciados.

Ao Estado compete, como definido na Constituição da República Portuguesa, apoiar a actividade e o funcionamento destas instituições, como tal, a Segurança Social pode celebrar acordos de cooperação através dos quais garante a concessão directa de prestações em equipamentos e serviços à população ou acordos através dos quais transfere a gestão de serviços e equipamentos pertencentes ao Estado.

Actualmente existem acordos de cooperação entre a Segurança Social e os três agrupamentos de IPSS existentes em Portugal: as Uniões, as Federações e as Confederações.

As IPSS, assim como as associações, as pessoas colectivas públicas de tipo associativo, as fundações, os clubes, as federações e as confederações, estão inseridas no conjunto das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) que prosseguem, a título principal actividades sem fins lucrativos e como tal, não podem distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro directo.

Regime Jurídico

Juridicamente as IPSS podem assumir a forma de Associações, Fundações de Solidariedade Social e Irmandades da Misericórdia, conforme apresentamos no gráfico seguinte:



ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

O Código Civil, no artigo 157.º, define que associações são aquelas que não tenham por finalidade o lucro. As IPSS que adoptem juridicamente a forma de associações podem fazê-lo como previsto no n.º 1 do artigo 2.º do EIPSS e definidas pelo Tribunal de Contas:

- **Associações de Solidariedade Social** – constituídas com o fim de exercer actividades de segurança social e que não se enquadrem em qualquer das outras formas especiais de associações;
- **Associações de Voluntários de Acção Social** – constituídas por indivíduos que se propõem colaborar na realização dos fins de segurança social que constituam responsabilidade de outras instituições ou de serviços ou estabelecimentos públicos;
- **Associações de Socorros Mútuos** – constituem os seus fins fundamentais a concessão de benefícios de segurança social e de saúde, podendo cumulativamente ser prosseguidos outros fins de protecção social e da promoção da qualidade de vida, através da organização e gestão de equipamentos e serviços de apoio social, de outras obras sociais e de actividades que visem especialmente o desenvolvimento moral, intelectual, cultural e físico dos associados e suas famílias.

As outras duas formas que estas instituições podem revestir são as **Fundações de Solidariedade Social** as quais prosseguem os fins específicos da actividade de segurança social, sendo elemento essencial destas, como de qualquer fundação, a existência do necessário substrato patrimonial, devendo a atribuição dos bens constar do próprio acto de instituição (testamento ou acto entre vivos) e as **Irmandades da Misericórdia** – associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objectivo de satisfazer carências sociais e de praticar actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios da doutrina e moral cristãs.

O EIPSS, no artigo 8.º, atribui o estatuto de utilidade pública às IPSS, que desta forma podem beneficiar do regime de regalias e benefícios fiscais das pessoas colectivas de utilidade pública, nomeadamente os previstos no artigo 1.º da Lei 151/99, de 14 de Setembro que, sem prejuízo de outros benefícios na restante legislação aplicável, indica que podem ser concedidos às pessoas colectivas de utilidade pública isenções em sede de vários impostos, bem como tarifas reduzidas de água e electricidade e apoio financeiro, mas também indica encargos como prestações de contas e obrigação de cooperação com a Administração Pública.

Regime Fiscal

Impostos sobre o rendimento

Segundo a alínea b) do artigo 10.º do CIRC estão isentas de IRC as Instituições Particulares de Solidariedade Social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas. Esta isenção não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação

4/9

OLIVEIRA REGO E ASSOCIADOS, SROC

Avª Praia da Vitória, nº 73 – 2º Esq. 1050-183 Lisboa Tel.: 21 315 26 72 / 21 315 97 59 Fax: 21 315 99 36 info@oliveirarego.pt
Inscrita na C.M.V.M. com o n.º 218 e na Ordem dos R.O.C. com o n.º 46 Contribuinte n.º 501 794 662

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

em vigor, e é condicionada à observância continuada dos requisitos previstos no n.º 3 do referido artigo:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção (...);
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director-geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do primeiro mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

Caso a entidade não cumpra com os requisitos referidos na alínea a) e c) do n.º 3, perde a isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive. Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, a parte do rendimento que não foi afectada aos respectivos fins, será tributada, nos termos gerais, no 4.º exercício posterior àquele em que tenha sido obtido. São também isentos, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 54.º do CIRC, os incrementos patrimoniais obtidos a título gratuito destinados à directa e imediata realização dos fins estatutários.

A nível das obrigações acessórias dos sujeitos passivos, as IPSS não estão obrigadas à entrega da declaração fiscal Modelo 22, de acordo com o n.º 6 do artigo 117.º do CIRC. No âmbito do tratamento fiscal dos donativos, a Circular 2/2004, de 20 de Janeiro, da Direcção Geral de Impostos, vem esclarecer quanto ao enquadramento jurídico - tributário dos donativos, no âmbito do Estatuto do Mecenato, que estabelece como possível a elegibilidade fiscal em sede de IRC, em alguns casos com majoração, dos donativos atribuídos às IPSS. Igualmente, agora em sede de IRS, determina o direito a deduzir à colecta uma percentagem das importâncias doadas. As entidades beneficiárias dos donativos estão sujeitas ao cumprimento de diversas obrigações previstas no artigo 66.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), nomeadamente no que toca ao documento comprovativo do montante recebido.

As obrigações contabilísticas consistem no dever de dispor de contabilidade organizada ou regime simplificado de escrituração, nos casos em que a entidade possui o registo dos rendimentos organizado, segundo as várias categorias de IRS, o registo dos encargos específicos de cada categoria e o registo de inventário dos bens susceptíveis de gerarem ganhos tributáveis na categoria de mais-valias conforme o n.º 1 do artigo 124.º. Caso os rendimentos totais obtidos ultrapassem o limite de 150.000 euros em dois exercícios consecutivos, as Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) são obrigadas a dispor de contabilidade organizada de acordo com o n.º 3 do mesmo artigo.

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

Imposto Sobre Valor Acrescentado

Segundo o artigo 10.º e o n.º 6 do artigo 9.º do CIVA, as IPSS estão isentas de imposto, desde que os serviços por elas prestados bem como as transmissões de bens com elas conexas se refiram a: **Serviços de Segurança Social**; e **Serviços de Assistência Social**.

Em ambos os casos, apenas se a entidade prestadora não cobrar qualquer contraprestação.

A isenção abrange somente as prestações de serviços e transmissões de bens efectuadas aos utentes directos dos equipamentos referidos no n.º 8 do artigo 9.º e não se aplica a quaisquer prestações de serviços e transmissões de bens facturadas a terceiros. Para todas as actividades que estas entidades realizem fora do seu âmbito de isenção, aplica-se o previsto no artigo 23.º do CIVA, ou seja, o imposto é apurado por via do *prorata* ou da afectação real.

Estão também isentas, em conformidade com o n.º 10 do artigo 15.º do CIVA, as transmissões, a título gratuito, para posterior distribuição a pessoas carenciadas, efectuadas a IPSS e a organizações não governamentais sem fins lucrativos. Há a referir ainda, em relação a este imposto, o Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro, que regula a restituição do IVA às IPSS quando no exercício das suas actividades efectuarem aquisições de bens e/ou de serviços. Está previsto que as IPSS possam solicitar e obter o reembolso de IVA que tenham suportado na aquisição de bens e serviços relativos à construção, manutenção e conservação dos imóveis que sejam total ou parcialmente utilizados na prossecução dos fins estatutários, desde que conste em facturas de valor não inferior a 997,60 euros, com exclusão do IVA.

Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

O IMT é um imposto local, autárquico, que incide sobre a transmissão onerosa de bens imóveis ou sobre a transmissão de direitos de propriedade ou de figuras parcelares desse direito sobre bens imóveis.

Em matéria de isenções, também este imposto contempla expressamente as IPSS ao mencionar na alínea e) do artigo 6.º do Código Imposto Municipal Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT) que ficam isentos de IMT as IPSS e entidades a estas legalmente equiparadas, quanto aos bens destinados, directa e imediatamente, à realização dos seus fins estatutários.

Esta isenção, porém está sujeita a reconhecimento prévio, de acordo com o artigo 10.º do CIMT, onde está estabelecido que as isenções são reconhecidas a requerimento dos interessados, a apresentar antes do acto ou contrato que originou a transmissão junto dos serviços competentes para a decisão, mas sempre antes da liquidação que seria de efectuar.

Imposto Municipal sobre Imóveis

O IMI é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios (rústicos, urbanos ou mistos) situados em Portugal. Trata-se de um imposto municipal, cuja receita reverte para os respectivos municípios.

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

Contrariamente aos restantes códigos, no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) o legislador não entendeu atribuir às IPSS a isenção, mas antes considerar no EBF, na alínea f), do n.º 1, do artigo 44.º em que prevê a isenção de imposto municipal sobre imóveis às IPSS e às pessoas colectivas a elas legalmente equiparadas, quanto aos prédios ou parte de prédios destinados directamente à realização dos seus fins, salvo no que respeita às Misericórdias, caso em que o benefício abrange quaisquer imóveis de que sejam proprietárias.

Imposto Sobre Veículos

O ISV é um imposto interno, que incide sobre veículos automóveis ligeiros de passageiros novos ou usados, admitidos ou importados, que se destinem a ser matriculados.

Depende do pedido dirigido à Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, anterior ou concomitante à apresentação do pedido de introdução no consumo, instruído com documento comprovativo actualizado do estatuto jurídico da instituição e documento comprovativo da aquisição. A isenção prevista no artigo 52.º do Código Imposto Sobre Veículos (CISV), é atribuída às IPSS, para o imposto sobre veículos para transporte colectivo dos utentes com lotação de nove lugares, incluindo o do condutor, adquiridos a título oneroso, em estado novo, por IPSS que se destinem ao transporte em actividades de interesse público e que se mostrem adequados à sua natureza e finalidades. Os veículos deverão ter inscrito de forma permanente, nas partes laterais e posterior, dizeres identificadores da entidade beneficiária, caso contrário poderá ser considerado como introdução ilegal no consumo.

Imposto do Selo

O IS é um imposto cuja base de incidência é de duas naturezas, o selo de operações como a compra e venda, o arrendamento, as utilizações a crédito, entre outras e o selo do documento.

Se a operação em causa estiver sujeita a IVA será excluída do imposto do selo, no entanto, o selo do documento que titula a operação é sempre devido.

São isentos de imposto do selo, quando este constitua seu encargo, IPSS e entidades a estas legalmente equiparadas, de acordo com o artigo 6.º do Código do Imposto do Selo (CIS).

O Imposto Único de Circulação

O IUC é um imposto anual pago pela propriedade de um determinado veículo, no respectivo mês de aquisição.

As IPSS encontram-se isentas de imposto, nos termos previstos no artigo 5.º do Código Imposto Único de Circulação (CIUC). Esta isenção é reconhecida mediante despacho do Director-Geral dos Impostos sobre requerimento das entidades interessadas devidamente documentado.

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

Estatutos dos Benefícios Fiscais

Os benefícios, concedidos pelos Estatutos, assentam num sistema de incentivos fiscais ao mecenato social com atribuição de relevância fiscal aos encargos incorridos pelas empresas com donativos.

Segundo o artigo 61.º do EBF, para efeitos fiscais, “os donativos constituem entregas em dinheiro ou em espécie concedidos sem contrapartidas”. No que respeita aos donativos atribuídos por empresas a favor das IPSS, são considerados gastos e perdas do exercício, de acordo com o artigo 62.º, em valor correspondente a 130% do respectivo total, até ao limite de 8/100 do volume de vendas ou dos serviços prestados. Caso os donativos se destinem a apoio à infância ou à terceira idade, apoio ao tratamento de toxicodependentes ou de doentes com sida, com cancro ou diabéticos ou apoio à criação de trabalho e à inserção social, a majoração passa a ser de 140%, elevando-se para 150% sempre que se destinem a áreas de apoio pré-natal a adolescentes e a mulheres em situação de risco, apoio a mulheres grávidas em situação económica difícil, apoio a mães solteiras, apoio a crianças em risco ou vítimas de abandono ou apoio à criação de infra-estruturas e serviços de conciliação da maternidade com a actividade profissional dos pais.

No caso de donativos atribuídos por uma pessoa singular, de acordo com o artigo 63.º são dedutíveis à colecta do ano, em valor correspondente a 25% das importâncias atribuídas, com um limite de 15% do valor da colecta. Caso a entidade beneficiária seja uma congregação religiosa a majoração eleva-se para 130%.

Conclusão

Como referido inicialmente, as IPSS prosseguem, principalmente, actividades de utilidade pública de acordo com o objecto social ou finalidade específica para a qual foram criadas. No entanto, não estão impedidas de exercer, acessoriamente, actividades económicas ou terem património próprio, desde que os rendimentos que daí resultam não sejam desviados da sua finalidade ou objecto social. Assim, beneficiam de um tratamento fiscal mais favorável do que qualquer outra entidade pública ou privada, através da atribuição de isenções, de benefícios fiscais, de donativos ou outras regalias.

- Andreia Vicente -

Bibliografia

- *Códigos Fiscais (Imposto do Selo; Imposto Municipal sobre Imóveis; Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis; Imposto Sobre o Rendimento; Imposto Sobre o Valor Acrescentado; Imposto Sobre Veículos; Imposto Único de Circulação, Estatuto dos Benefícios Fiscais);*
- *Constituição da República Portuguesa;*
- *Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro (Estatuto das IPSS) e Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro (Isenções de IVA à Igreja Católica e às IPSS);*
- *Circular n.º 2/2004, de 20 de Janeiro.*

ORA newsletter

Nº 61 – FEVEREIRO/2012
(circulação limitada)

REVISORES E AUDITORES

Na sequência do referido, nesta secção, na nossa última Newsletter sobre as “Proposta de emendas à Directiva de Auditoria e Regulamento para a Auditoria de Entidades de Interesse Público (EIP)” damos nota do comunicado da Comissão Europeia, de 30 de Novembro de 2011, com o título “Restabelecer a confiança nas demonstrações financeiras: Comissão Europeia quer um mercado de auditoria de melhor qualidade, dinâmico e aberto”.

É sublinhado no documento que a crise financeira de 2008 revelou a existência de lacunas consideráveis no sistema de auditoria europeu, dado que as auditorias a várias grandes instituições financeiras efectuadas pouco antes, durante e após a eclosão da crise traduziram-se em relatórios de auditoria “limpos”, não obstante os graves problemas intrínsecos de saúde financeira das instituições em causa.

Foram expressas preocupações sobre conflitos de interesses e sobre a possibilidade de acumulação de riscos sistémicos, dado que o mercado é, na prática, dominado por quatro empresas (“as quatro grandes”), designadamente, Deloitte, Ernst & Young, KPMG e PricewaterhouseCoopers.

O documento refere ainda que “com as propostas adoptadas pela Comissão Europeia, esta situação vai mudar, mediante a clarificação do papel dos auditores e a introdução de normas mais estritas para o sector da auditoria, com vista, nomeadamente, a reforçar a independência dos auditores e a aumentar a diversidade no mercado da auditoria, actualmente muito concentrado.

Em conjunto, as medidas propostas devem melhorar a qualidade da revisão legal de contas na UE e restabelecer a confiança nas demonstrações financeiras auditadas, em especial nas dos bancos, seguradoras e grandes sociedades cotadas”.

As propostas podem ser consultadas em:

http://ec.europa.eu/internal_market/auditing/reform/index_en.htm

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*